



FACULDADE DE PINHAIS - FAPI

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Zeli Mozer da Silva¹

Orientador: Prof^a Rita Gonçalves²

RESUMO

A pesquisa faz um resgate acerca da historicidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA no Brasil e suas especificidades na avaliação. Levando em conta a clientela atendida nesta modalidade e suas reais necessidades. A avaliação na escola é concebida como parte integrante do processo ensino-aprendizagem. Compreende um conjunto de atuações e uma diversidade de instrumentos e situações que a função é alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Ela deve ocorrer de forma que valorize o processo de aprendizagem, tendo como desafio maior superar o caráter de terminalidade e de mediação de conteúdos aprendidos, a fim de que os resultados sejam concebidos como indicadores para orientação da prática educacional. Os objetivos iniciais foram fazer um levantamento da história da EJA e dentro desta perspectiva discutir sobre um instrumento importante que é a avaliação. Ao planejar, é fundamental que o professor inclua na avaliação a utilização de diferentes códigos (oral, escrito, gráfico, numérico, etc), a observação sistemática e a análise das produções e das atividades específicas para a avaliação das habilidades e competências dos alunos, compondo um quadro real das aprendizagens conquistadas.

PALAVRAS – CHAVE: Educação de Jovens e Adultos - EJA. Avaliação. Ensino e aprendizagem.

PINHAIS - 2013

¹ Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER. 2010.

Pós graduanda em Educação de Jovens e Adultos pelas Faculdades de Pinhais – FAPI / INTEREAD. E-mail: zelimozer@yahoo.com.br.

² Professora Rita Gonçalves. Bacharel em Comunicação Social e Ciências Contábeis. Mestre em Engenharia Florestal. E-mail: poseja@fapi-pinhais.com.br

1 INTRODUÇÃO

O Problema da avaliação escolar envolve todo sistema educacional e, em última análise, os objetivos finais do processo pedagógico. Que tipo de ser humano pretende-se formar? Que tipo de sociedade considera-se desejável? Os métodos utilizados no momento da avaliação condizem com os utilizados para explicar os conteúdos anteriormente? Ao avaliar é possível levar em conta, de forma consciente ou inconsciente, certas metas e padrões? São questionamentos assim que nortearão a pesquisa.

Todo sistema educacional faz parte de uma organização social determinada. As concepções de avaliação predominantes na escola frequentemente espelham o contexto histórico e suas opções políticas.

A avaliação pode ser utilizada como instrumento de poder e controle, a serviço da passividade, do autoritarismo, da competição, do individualismo, do consumismo, ou a serviço da construção de uma sociedade solidária que liberte cada ser humano para a realização de seus potenciais e, ao mesmo tempo, leve em conta os vínculos entre as pessoas e a integração da comunidade humana. A avaliação não deve ser um fim nem tão pouco um instrumento de coerção ou controle do aluno, mas um instrumento de averiguação de objetivos cumpridos e de revisão do que precisa ser melhorado.

Com base nos dados estatísticos do IBGE (2000) ainda há um total de 14,6 milhões de pessoas analfabetas. Por isso a luta constante para resgatar pessoas para sala de aula. São muitos os motivos que levam os jovens e adultos a retornar a escola e o que predomina é a vontade de ter autonomia, ser independentes, ter emprego melhor, etc. retomando seus estudos depois de algum tempo. Este retorno precisa ser avaliado pelo professor de forma cautelosa para conhecer o que o aluno já traz consigo de conhecimento de mundo. Sua bagagem histórica e cultural, pois são fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem.

Esta sondagem avaliativa precisa ser realizada de forma natural, sem que o aluno se sinta constrangido; já que de início eles tendem a se fechar e aos poucos o professor pode ir conquistando. O professor é quem vai ser o motivador, incentivando seus alunos durante o processo de alfabetização e por

meio das atividades diárias ele já vai fazendo sua sondagem para ter como planejar as futuras ações pedagógicas referentes a cada educando.

Nas primeiras páginas o artigo traz um breve histórico acerca da EJA no Brasil. Assim a educação de jovens e adultos vem sendo reconhecida como um direito desde os anos 30, ganhando relevância com as campanhas de alfabetização das décadas de 40 e 50, com os movimentos de cultura popular dos anos 60, com o MOBRAL e o ensino supletivo dos governos militares e a fundação educar da nova república. Mas somente após Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é que o ensino ganha forças para superar os problemas.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Não seria possível descrever sobre a avaliação na modalidade de Jovens e adultos sem que seja realizado um resgate breve acerca do histórico da educação de jovens e adultos no Brasil, elencando um amplo e breve panorama acerca das manifestações ocorridas e suas contribuições ao ensino da EJA no Brasil.

De acordo com históricos descritos por Correa (2009 p. 15) desde o Brasil colônia já se segregava a clientela que tinha acesso ao ensino, era um ensino elitizado que atendia uma pequena parcela da população, verbalista e enciclopédico, isso fez com que crescesse entre a população brasileira um grande número de analfabetos. Uma das primeiras concepções de EJA é a possibilidade de oferecer a alfabetização de adultos para aumentar as bases eleitorais, pois na época, só votava quem sabia ler.

A preocupação com a educação de adultos na reforma de educação Couto Ferraz em 1854 previa a instrução primária de adultos, ainda que nos domingos e dias Santos, e dependia da possibilidade de um professor de 2º grau, de párocos ou professores particulares. De acordo com Correa (2009) a primeira iniciativa que se tem registro no Brasil de escola de adultos foi em 1840, uma escola oferecida pelo arsenal de guerra do Recife destinados aos aprendizes menores e ao operário militar.

Em 1869 há outra menção de Educação de adultos com a proposta de criação de escolas noturnas, que poderiam acontecer aos domingos, nas fabricas, de verão. Em 1878 com a reforma Leôncio de Carvalho criam-se cursos noturnos, no Rio de Janeiro, para adultos analfabetos, a frequência era obrigatória, para adultos masculinos, maiores de 14 anos livres e libertos (CORREA, 2009, p.18). Esses cursos tentavam equiparar-se ao ensino diurno sem levar em consideração a especificidade da clientela. Concebiam o ensino como Ascensão social.

Já no Paraná a escola noturna surge no ano de 1879 com a sociedade propagadora da instrução atendia as classes operárias. Outras escolas noturnas foram criadas nos municípios e principalmente nas colônias de imigrantes para os adultos aprenderem o português. Com a proclamação da Republica ocorre um efetivo esforço de reduzir os índices de analfabetismo que impedia o país de se tornar uma nação. Em 1915 surge a liga brasileira contra o analfabetismo.

Em 1916 Olavo Bilac fundou a liga de defesa que um dos objetivos era combater o analfabetismo. A partir da década de 1940 inicia-se um processo de sociabilização do conhecimento, tenta-se eliminar o caráter elitizante da educação e muitas campanhas em prol da educação de adultos se multiplicavam.

Na década de 1950 instituiu-se a campanha de educação rural e a campanha nacional de erradicação do analfabetismo. Conforme obra de SCOCUGLIA (2003) a década de 1960 foi muito promissora, pois contou com o trabalho de Paulo Freire. Houve mobilização entre os artistas, músicos e estudantes que levantaram os movimentos de cultura populares, e o movimento de educação de base (liderado pela igreja católica). Ainda em 1964 foi instituído o programa nacional de alfabetização de adultos pelo governo incorporando as contribuições de Paulo Freire.

Na década de 1970 todo aquele avanço foi abafado pela ditadura militar que desconsideravam a manifestação popular. Cria-se o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que tinha o objetivo imediato de irradiar o analfabetismo. O problema do MOBRAL foi a sua metodologia que previa uma aprendizagem mecânica e superficial, lançando à sociedade um novo problema o analfabeto funcional.

Conforme análise de (FRIEDRICH, et al, 2010, p.01) o histórico da EJA no período de 1973 a 2007, houve varias rupturas, mas somente com a nova LDB é que o ensino ganhou mais vivacidade e prevê suprir a educação dos jovens e adultos com caráter emergencial, supletivo e compensatório.

Em 1985 o MOBRAL foi extinto sendo substituído pela Fundação Educar. A década de 1990 foi declarada como a “década da educação para todos”. Houve mobilização internacional em torno da EJA e uma maior vinculação com a UNESCO. No Brasil foi extinta a fundação educar dando lugar ao programa nacional de alfabetização e cidadania (PNAC). E no ano de 1997 foi criado um dos maiores e significativos programas atuais de EJA que é o PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO SOLIDARIA.

A nova LDB vem completar este movimento de transformar a educação de pessoas jovens e adultas em uma educação de segunda classe, vejamos agora, quais os artigos da LDB que incidem sobre essa temática. A educação de jovens e adultos é tratada inicialmente no artigo 4º, em dois momentos:

Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que ele não tiveram acesso na idade própria

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (LDB 9394/96)

Assim, a educação de jovens e adultos pode ser considerada como paradigmática do que poderá vir ocorrer com outros direitos sociais conquistados ao longo deste século. Constituída como direito universal no campo da educação nos últimos cinquenta anos, reconhecida na constituição de 1988, a educação de pessoas jovens e adultas vem esvaziando como política de estado no contexto da atual reforma educativa e perdendo importância como política universal.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação do desenvolvimento do aluno nas diferentes fases da aprendizagem deve ser um processo contínuo que envolve não só os

conhecimentos adquiridos, mas também o desenvolvimento das habilidades necessárias à formação de hábitos e atitudes, conforme os objetivos propostos.

Segundo Jussara Hoffmann (2000, p. 21) a avaliação, na perspectiva de construção do conhecimento, parte de duas premissas básicas: confiança na possibilidade dos educandos construírem suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses.

toda avaliação do rendimento escolar envolve procedimentos de coleta, organização e interpretação de dados de desempenho, que representa uma forma de julgamento e, que o aluno representa o objeto central da avaliação. A tarefa do professor ao avaliar exige competência, discernimento, equilíbrio, além, é claro, de conhecimentos técnicos, é essencial que o professor jamais esqueça que ao avaliar seu aluno está em última análise refletindo sobre a própria grandeza do desenvolvimento humano". (ANTUNES, 1937, p.40)

Mas para que essa perspectiva seja adotada é necessário que o professor supere a avaliação classificatória e autoritária. Nesta nova perspectiva os erros, as dúvidas dos alunos, são considerados como episódios altamente significativos e impulsionados da ação educativa. Nessa dimensão, avaliar é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor, que incitara o aluno a novas questões a partir de respostas formuladas. O erro do aluno, lido em sua lógica, as hipóteses preliminarmente construídos pelo aluno são elementos da ação avaliativa elementos significativos na discussão.

Segundo Hoffmann a avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento. A postura do professor frente às alternativas de solução construídas pelo aluno deve estar necessariamente comprometida com a concepção do erro construtivo.

Isto significa considerar que o conhecimento produzido pelo educando, num determinado momento de sua experiência de vida, é um conhecimento em processo de superação. O jovem aprimora sua forma de pensar o mundo à

medida que se depara com novas situações, novos desafios e reformula suas hipóteses.

As diferentes formas de avaliação devem acompanhar o processo de ensino ocorrido diariamente em sala de aula, como por exemplo, se as formas de intervenção aconteceram por meio da escrita à avaliação deve contemplar a mesma metodologia, mas se esta foi conduzida de forma oral e reflexiva, assim também deve ser a avaliação. Não há como separar as duas ações, pois uma prevê a confirmação do aprendizado visando àquilo que foi ensinado, e se estes métodos não estiverem claros, de nada adianta aplicar uma avaliação que não condiz com as formas de ensino. Seus resultados não serão reais .

Para Mello (1985, p.25) o que se propõe atualmente é a avaliação diagnóstica mediadora. O sentido original do termo “mediação” é intervenção, intercessão intermediação. A mesma autora afirma ainda que “mediação refere-se ao que está no meio, ou entre duas ou mais coisas separadas no tempo e/ou no espaço. (...) O movimento se realiza por mediações que fazem à passagem de um nível a outro, de uma coisa a outra, de uma parte a outra, dentro daquela realidade”. (id, p. 26).

A avaliação nunca será uma atividade neutra: o modo como o professor efetiva a avaliação, implica em que faça juízos e tome direções mais conservadoras ou mais transformadoras. A avaliação corresponde a uma determinada forma de olhar a questão pedagógica, o desenvolvimento do aluno a construção do conhecimento. (NUNES, 2005, p. 51).

Avaliar, portanto pode ser entendido como processo de avaliação da aprendizagem que consiste essencialmente em determinar se os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino.

Assim, em seu sentido mais amplo de acordo com Nunes (2005, p.12) a avaliação tem como objetivos educacionais essencialmente mudanças em seres humanos, em outras palavras, como os objetivos visados consistem em produzir certas modificações desejáveis nos padrões de comportamento do

estudante. A avaliação é o processo mediante o qual se determina o grau em que mudanças do comportamento estão realmente ocorrendo.

Segundo Luckesi, “avaliar é uma ação relacionada à retomada de caminhos e reorganização do planejamento, ao contrário de verificar, que consiste simplesmente em coletar informações”. (LUCKESI, 1997, p 75).

Assim, ao avaliar seus alunos o professor da EJA deve ter clareza e segurança quanto aos seus objetivos e conteúdos educativos que integram um projeto pedagógico, deve estar em condições de definir, para cada caso específico, as melhores estratégias para prestar uma ajuda eficaz aos alunos em seu processo de aprendizagem, ter uma especial sensibilidade, estimulá-los a avaliar constantemente seus progressos e suas autonomias, ajudá-los tomar consciência de como a aprendizagem se realiza.

o ato de avaliar importa coleta, análise e síntese dos dados que configurem o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo objeto” (LUCKESI, 1991, p 75).

Compreendendo seu próprio processo de aprendizagem, os jovens e adultos estão mais aptos a ajudar outras pessoas a aprender, e isso é essencial para pessoas, como muitos deles, já desempenham o papel de educadores na família, no trabalho e na comunidade.

Os educadores devem atentar para o fato que o processo avaliativo não se dá como algo tenebroso, e sim algo motivador para seus educandos, pois é a avaliação que terá como resultado o empenho e o desenvolvimento em seu processo de ensino e aprendizagem são através da avaliação que os alunos observarão seus rendimentos e qualidades no ensino. Segundo Freire, citado por Brandão:

nada é rígido e não tem receitas. Nada é lei, a não ser as leis da lógica do ato de aprender e os princípios gramaticais da língua. Há uma língua proposta de trabalho dialogo e há uma lógica no processo coletivo de aprender a ler – e- escrever (FREIRE, apud BRANDÃO, 1981, p.69).

Freire aborda questões importantes sobre a situação da educação e das formas de conhecimentos em que “os educadores e educandos como sujeitos tomam consciência de sua historicidade”, ou seja, à educação é sinônimo de conscientização (FREIRE 1987, p.81).

Aprender a relacionar e contextualizar, está relacionado ao segredo de aprender a conhecer, de saber relacionar e contextualizar. Tudo está ligado a um conjunto, o conhecimento pertence a esse conjunto, e situa-se num determinado contexto, (LIBÂNEO, 2001, p. 19 e 20).

A importância de se trabalhar com realidade do jovem e adulto é fundamental em seu processo ensino aprendizagem, este partirá de um objetivo de fácil compreensão em sua alfabetização, trabalhar o dialogo em grupo, fará que os alunos se sintam mais a vontade dentro do ambiente escolar.

O trabalho com a EJA é diferenciado, jamais o professor deve tratar seus alunos como crianças do ensino fundamental, eles necessitam de um professor que seja objetivo e que lhes acolham com carinho e dedicação e que atente para as suas reais necessidades individuais.

Utilizar-se dos conhecimentos prévios que os educandos trazem para sala de aula é bastante produtivo na EJA, pois a maioria já sabem lidar de forma autônoma com as atividades de vida diária e estes conhecimentos de mundo são fundamentais para iniciar uma contextualização acerca de um conhecimento formal.

De acordo com Gadotti (2001, p. 127) é fundamental “estimular o trabalho de interação entre a prática e a teoria no processo de alfabetização de jovens e adultos”. Uma das metodologias bastante influentes que reforça esta metodologia é a de Paulo Freire com os “temas geradores”, em que o professor deve partir das palavras de convívio coletivo do grupo para acrescentar outras palavras, e destas formar frases, textos etc.

Segundo Freire (1981, p. 21), “ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, deve ser um ato coletivo, solidário - um ato de AMOR, da pra pensar sem susto, não pode ser imposta”. (FREIRE,1981, p.21).

4 PERFIL DO EDUCANDO DA EJA

Embora nem sempre se disponha de estatísticas confiáveis, o programa da EJA tem sido crescentemente procurado por um público heterogêneo, cujo perfil vem mudando em relação à idade, expectativas e comportamento. Trata-se de um jovem ou adulto que historicamente vem sendo excluído, quer pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela exclusão da educação regular ou por ter que trabalhar.

São alunos que estão inseridos no mercado de trabalho, ou que ainda espera nele ingressar; não visam apenas à certificação para manter sua situação profissional, mas esperam chegar ao Ensino Médio ou à Universidade para acender social ou profissional, e tiveram que romper barreiras preconceituosas, geralmente transpostas em função de um grande desejo de aprender.

Os Jovens e adultos trabalhadores, ao ingressarem na Educação Básica, lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos “Jovens e Adultos” me referindo a “educação dos Adultos”, porque na minha experiência concreta, notei que aqueles que frequentam os programas de educação de adultos, são majoritariamente, trabalhadores.²

O aluno da EJA tem uma característica de responder pelos seus atos e palavras, além de assumir responsabilidades diante dos desafios da vida. Eles quando chegam à escola, trazem consigo muitos conhecimentos, que podem não ser aqueles sistematizados pela escola, mas são “saberes nascidos dos seus fazeres”.

Representado pelo perfil crescentemente juvenil dos alunos em seus programas, grande parte dos quais são adolescentes excluídos da escola regular. Há uma ou duas décadas, a maioria dos educandos de programas de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos eram pessoas maduras ou idosas, de origem rural, que nunca tinham tido oportunidades escolares.

² GADOTTI, M. de (Org.). Educação de jovens e adultos. Teoria, prática e proposta. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. P. 61

A educação de jovens e adultos prevê suprir uma educação de caráter emergencial, na qual políticas públicas tendem a diminuir as estatísticas de pessoas não alfabetizadas e inseri-las nas escolas. E para os que ingressam é importante para resgatar uma oportunidade perdida no passado e traçar novos horizontes em suas vidas pessoal e profissional.

5 METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de base bibliográfica, realizando leituras e pesquisas em textos online, livros, artigos, acerca da trajetória da EJA e suas especificidades acerca da avaliação.

Sendo assim foi utilizado o manual de normas da FAPI, com orientações específicas sobre o formato da pesquisa final e suas etapas de execução e apresentação dos dados coletados nas buscas bibliográficas.

A pesquisa tem caráter relevante para novas pesquisas, visto que a proposta inicial de análise da educação de jovens e adultos e suas especificidades acerca da avaliação foram atendidas conforme pretendido, nos objetivos iniciais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma proposta educacional que valoriza a construção do conhecimento e a formação integral dos alunos, o trabalho científico teve como objetivo apresentar técnicas e sugestões adequadas para uma avaliação coerente aos nossos Jovens e Adultos.

Propondo ações pedagógicas em sala de aula que visem a valorização e construção do conhecimento partindo das vivências trazidas do convívio social para sistematização de novos saberes formais, papel este que a escola e o professor devem cumprir.

A avaliação é uma tarefa essencial para averiguar diferentes aspectos das ações que ocorrem dentro da escola, seja para verificação de ensino e aprendizagem, seja para analisar as possíveis etapas que necessitam serem revistas, ou ainda para reforçar uma ideia discutida em sala, mas que alguns alunos não conseguiram assimilar, entre outras. São ações que merecem que o

professor pare e reflita sobre o que está acontecendo para que possa traçar novos objetivos e direcionamentos.

REFERENCIAS

ANTUNES, Celso. **Avaliação da Aprendizagem escolar**. Petrópolis, RS: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORREA, Luís Oscar Ramos. **Fundamentos metodológicos em EJA**. Curitiba: IESDE, Brasil S.A, 2009.

FRIEDRICH, Marcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado; PEREIRA, Viviane Soares. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867.pdf>, acesso em: 15/12/2013.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos, teoria, prática e propostas**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

HADDAD, Sérgio. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 32º ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MELLO, Guiomar Namó de. **Educação e transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1985.

NUNES, Odilon. **A Avaliação para uma outra escola**. In: **A Escola como território de luta**. Curitiba-Pr: APP-Sinticato, 2005.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Educação de jovens e adultos: histórias e memórias da década de 60**. Brasília: Plano Editora, 2003.